

## REQUERIMENTO

Os temporais de Dezembro passado danificaram seriamente o porto Comercial da Praia da Vitória, ao nível do molhe de protecção, do muro-cortina, da estrutura do enroucamento e até uma parte significativa do cais. O Porto Comercial da Praia da Vitória é vital para a economia da Ilha Terceira e é também essencial (se não é, devia sê-lo) para a economia da Região e o seu desenvolvimento harmónico.

Nesta infraestrutura portuária opera todo o tráfico marítimo comercial de contentores (incluindo a operação com navios que transportam cargas para a Base Americana), de cimento e outra carga convencional a granel, de passageiros (durante o Verão) e a curto prazo, deverá realizar-se a operação total de descarga de combustíveis e de cereais.

Estamos em acreditar que os investimentos privados, com o apoio de financiamentos públicos, para a construção do tão falado parque de combustíveis, que substituirá o velho e inseguro parque de combustíveis existente em Angra do Heroísmo e o entreposto de cereais, venham a concretizar-se nos próximos dois anos, bem como, não será de excluir a hipótese, de acordo com algumas opiniões, da descarga de combustíveis para o abastecimento da base das Lajes, pode vir a ser feito neste Porto, pelo que, só por este elenco sintético se evidencia o alcance económico desta infraestrutura.

Os Deputados do PSD, eleitos pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira, visitaram o porto da Praia, observaram as áreas sinistradas, ouviram as informações prestadas pelos responsáveis do Porto e tomaram posição, política e pública, no sentido de expressar a necessidade de reconstrução das estruturas do Porto danificadas e da ampliação do cais acostável, tendo

em conta a mera constatação lógica do crescimento da actividade do Porto nos próximos anos.

É sabido que o Governo Regional decidiu autorizar a Junta Autónoma do Porto a contratualizar, por ajuste directo, a realização de obras de emergência para reforço e segurança e afirmou que a próxima etapa seria a reconstrução das estruturas danificadas, contudo, porque o Governo tem sido parco em esclarecer, com objectividade, o que tenciona fazer, entendemos levantar as seguintes questões:

1º. Concretizada a aquisição de uma grua, equipamento considerado do melhor e uma grande aspiração dos responsáveis do porto e dos seus utilizadores, não é objectivo do Governo Regional, no ponto de vista da sua máxima rentabilização, definir uma política de transportes marítimos que reforce a utilização do porto da Praia da Vitória, como base de apoio no tráfego de cargas que se destinam a outras ilhas do Grupo Central e Ocidental, como já se verificou entre 1990 e 1996?

2º. Existindo este equipamento que facilitará e reduzirá em termos de tempo a operação de descarga de cereais, para quando prevê o Governo que esta operação se realize, na sua totalidade, no Porto da Praia?

3º. Estando em curso o processo de aquisição de um rebocador, indispensável para uma maior segurança e operacionalidade nas manobras dos navios, para quando está prevista a entrada em funcionamento deste equipamento?

4°. Com a grua e o rebocador não tem o Governo a expectativa de que estes equipamentos contribuirão para o aumento da utilização do porto, o que lhe dará, naturalmente, maior rentabilização?

5°. Tomámos conhecimento que alguns operadores do turismo de Cruzeiros estariam interessados em escalar o Porto da Praia da Vitória, bem como, que o Governo, no âmbito dos transportes e do turismo, tencionava em breve, divulgar e promover internacionalmente o Porto, pelo que, não será lógico concluir-se que haverá um crescimento deste segmento de operações marítimas naquele Porto?

6°. Quando prevê o Governo Regional que possa pôr a concurso o projecto de reconstrução do Porto e não haverá todas as vantagens que no mesmo concurso englobe o projecto de ampliação do cais acostável, tendo em conta que o estudo que aconselha essa ampliação, não exigirá muito tempo, porque quem mais sabe da matéria é a própria Junta Autónoma e a Secretaria Regional da Economia, que institucional e hierarquicamente superintende naquele organismo?

7°. Quando prevê o Governo Regional lançar o concurso para a reconstrução das estruturas danificadas do Porto?

8°. Tendo em conta que a realização conjunta dessa obra com a da ampliação do cais acostável se traduziria numa redução de encargos financeiros, que só em termos de custos para a montagem de estaleiro e equipamentos e outros custos indirectos, poderá atingir os 15 a 20% do custo total da obra (de acordo com informações técnicas que nos foram

prestadas), não está o Governo Regional disponível para reavaliar esta situação e fazer avançar as duas obras simultaneamente, correspondendo às expectativas da própria Junta Autónoma, da Câmara do Comércio da Ilha Terceira, dos utilizadores, da opinião pública em geral, rentabilizando todos os investimentos que foram feitos, estão sendo e serão concretizados nesta estrutura portuária?

9º. Caso não se verifique a ampliação do cais acostável nesta fase, até 2004, não será demasiado tarde, com todos os prejuízos que tal acarretará, avançar-se com esse investimento nos finais da presente década ou inícios da próxima, altura em que já não vigorará o actual Quadro Comunitário de Apoio, e não há certezas de novo enquadramento financeiro da União Europeia, que dê continuidade à política dos fundos estruturais?

10º. Tendo em conta que esta matéria carece essencialmente de vontade política, já que os meios financeiros serão encontrados, tem o Governo Regional consciência que não avançando com a ampliação do cais acostável, estará, mais uma vez, a pôr em causa o desenvolvimento harmónico dos Açores, afectando uma das suas parcelas mais importantes, que é a Ilha Terceira, cuja economia depende muito do seu porto Comercial?

Com os melhores cumprimentos.

**Os Deputados Regionais, António Bento Barcelos e Clélio Menezes.**